

Este número da Rbem traz uma grande diversidade de temas, de interesse inequívoco para aqueles que estão imersos nos processos de transformação da educação médica em curso em nosso país e alhures, como também para estudiosos, formuladores de políticas e pesquisadores, oferecendo abordagens inovadoras em seus objetos e métodos.

Ao abordar a Ecologia Médica, Dias-Lima discute uma perspectiva holística que não exclua o indivíduo em sua interação com o ambiente como um ecossistema.

A discussão sobre competências está contemplada em dois artigos: o primeiro, de Soleiman Franco e colaboradores, busca esclarecer a compreensão de docentes sobre o conceito de competência, entendendo que esta compreensão impacta as ações docentes e repercute na própria formação do aluno. Já Franco e colegas analisam o conteúdo dos planos de ação das disciplinas de um currículo médico, tendo como referência o perfil do egresso e as competências/habilidades propostas nas Diretrizes de 2001. A Rbem já publicou artigos de pesquisas que também buscavam compreender não apenas o conceito de competências, mas especialmente como esta compreensão impacta os processos de formação. Embora sejam necessários estudos específicos, parece muito claro que grande parte dos docentes ainda não incorporou a compreensão deste conceito pedagógico em suas práticas.

Camargo, Almeida e Morita apresentam um estudo sobre a formação em ética oferecida a estudantes de uma faculdade. Os resultados reforçam o que percebemos em nosso dia a dia: há uma gigantesca lacuna entre o preconizado e o desejável no campo da formação em ética dos estudantes, verificável mesmo naqueles que estão na iminência de se graduar. Os estudantes ainda esperam por respostas “certas” às suas dúvidas e incertezas, mas poucos cursos parecem compreender que a formação ética não está apenas no domínio afetivo, mas também no cognitivo. E a formação de profissionais com pensamento crítico não ocorre recorrendo-se a métodos tradicionais de ensino ou que ofereçam respostas rápidas e que satisfaçam os docentes. É preciso formar profissionais capazes de argumentar eticamente sobre as decisões difíceis que têm que tomar em seu cotidiano.

O campo da avaliação também tem sido objeto das preocupações de pesquisadores no campo da educação médica. Santos e colaboradores introduzem uma análise sobre a pertinência e validade de avaliar a satisfação de estudantes que frequentaram um estágio em uma das clínicas. Suas conclusões não esgotam o debate, mas estimulam o frequente questionamento sobre a utilidade dos questionários de satisfação.

Dois artigos abordam questões relacionadas à saúde dos estudantes. Andrade e colegas apresentam o resultado de estudo realizado em diferentes escolas no mesmo Estado da federação sobre o sofrimento psíquico, aqui entendido como distúrbios mentais leves ou menores. O instrumento utilizado foi o *Self-Report Questionnaire 20* (SRQ-20), validado

<sup>1</sup> Fundação Oswaldo Cruz; Associação Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

para a população brasileira e muito utilizado para *screening* de populações específicas, com alto grau de confiabilidade. Seus resultados mostram elevada prevalência desses sintomas e deveriam estimular a realização de outras pesquisas sobre o que provoca tamanho sofrimento em estudantes de Medicina, com o propósito não de individualizar o problema, mas de compreendê-lo em sua condição coletiva.

Já Nogueira e colaboradores apresentam um interessante estudo sobre comportamentos alimentares e imagem corporal entre estudantes de Medicina em uma faculdade.

Os demais trabalhos incluídos neste número abordam o final do curso de graduação e a residência médica propriamente dita. Corsi e colegas buscam identificar que fatores influenciam a escolha das especialidades pelos alunos. Os resultados encontrados na faculdade estudada expressam uma realidade no mínimo preocupante, já que os fatores mais importantes que os pesquisadores identificaram foram qualidade de vida (do médico), retorno financeiro e influências de terceiros.

Formamos profissionais para atuar em nosso país e, *lato sensu*, no SUS. Por ser único, o SUS compreende também a rede privada, contratada, conveniada e própria. Ainda que no cotidiano a compreensão sobre o SUS se restrinja à rede pública, é incompreensível que profissionais que atuam no Brasil desco-

nheçam a estrutura e a organização de nosso sistema de saúde como um todo e os serviços oferecidos de forma universal. Pois foi isto que Fernandes e colegas estudaram, tendo como referência o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Suas conclusões também são desanimadoras, já que a compreensão sobre o funcionamento do serviço entre estudantes do último ano de uma faculdade médica deixou muito a desejar.

Dois artigos abordam os médicos residentes: Nascimento, Fonseca e Garcia estudam a percepção dos médicos residentes em clínicas cirúrgicas quando da suspensão de cirurgias. Ao discutir desde as repercussões para os residentes até as implicações para os pacientes, o artigo oferece uma reflexão sobre fatos que, por motivos diversos, acontecem com mais frequência do que se esperaria em hospitais universitários.

Já Matos e colaboradores realizam um estudo da maior importância sobre o destino profissional dos médicos que fizeram residência médica em Medicina de Família e Comunidade. Seus achados os levaram a identificar a acentuada precarização do trabalho como um dos maiores problemas que gestores e planejadores precisam enfrentar, porque a precariedade dos vínculos pode levar à intermitência na prestação de serviços e à diminuição do interesse em atuar nesta especialidade.

Boa leitura!